

A sorte está lançada

Retirada da CEDAE do PED depende da decisão do PMDB de votar a favor dos interesses da sociedade

O projeto que retira a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED - foi assumido por todas as oposições, além do PFL e PPB, depois de desarquivado na Assembléia Legislativa. Contudo, para que o processo de privatização do Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro seja interrompido, o projeto terá que ser votado em plenário. Por sua vez, isso dependerá da capacidade de pressão da sociedade organizada, de maneira geral, e dos trabalhadores da Companhia, junto aos parlamentares fluminenses, principalmente do PMDB, base de sustentação do governo - que pode ajudar a decidir qualquer votação na ALERJ, com os seus 11 deputados. O momento é de total mobilização, pois o leilão da CEDAE já foi marcado pelo secretário de Fazenda do Estado, Marco Antônio Alencar, para o próximo dia 22 de julho. A sociedade precisa participar da discussão, pois o governo do Estado não pode decidir, à revelia da população, assuntos de seu exclusivo interesse e essenciais para a sua saúde e qualidade de vida, como é o caso do Saneamento. É importante que os parlamentares discutam com a sociedade, de fato, o que significa privatizar uma empresa de Saneamento Básico, que tem uma função social tão fundamental quanto a CEDAE. O voto dos deputados do PMDB é fundamental. Vamos telefonar, enviar telegramas, cobrar deles uma posição coerente com os interesses da sociedade, pois com o apoio da bancada pededeibista dificilmente o governador Marcello Alencar - o Predador do patrimônio público do Estado - conseguirá privatizar a CEDAE contra os interesses da população. (Ver páginas 4, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 e editorial na página 3).



Depois de investir milhões de Reais em obras de Saneamento com recursos pagos pelos contribuintes, o Governo do Estado quer entregar tudo ao setor privado, à revelia da população

ASEAC desmente secretário de Fazenda

As declarações do secretário de Fazenda do Estado, Marco Aurélio Alencar, de que o arquivamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN - movida pelo PDT elimina o último obstáculo à privatização da CEDAE foram classificadas de "mentirosas e levianas" pelo presidente da ASEAC, Dario Mondego, que esteve em Brasília na semana em que foi anunciado o arquivamento para audiência com o Juiz Maurício Corrêa, do STF, disse que o voto do relator deixa claro, inclusive, que o arquivamento não anula outras ações e que o próprio PDT poderá voltar ao Tribunal, desde que fundamente com mais clareza a ação. Ele lembra que existe uma outra ação semelhante, movida pelo PT, o que deixa claro que, de forma alguma, estão extintos os recursos jurídicos contra a intenção do governo do Estado de vender a CEDAE a qualquer custo. Na próxima edição, o Jornal da ASEAC publicará em detalhes o voto do Juiz Maurício Corrêa.

Associação dos Empregados de
Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902
Telefones 263-6240/296-0025 - Ramal 102
Telefax: 253-7482
Internet: aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Administrativo
César Eduardo Scherer
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
João Benedito Lorenzon Mello
Diretor Social
Antônio Carlos Álvares Grillo

CONSELHO DIRETOR

Representantes dos Administradores:
Pedro Paulo de Freitas
Advogados
Sueli Koling Turano
Analistas
César Lima da Graça
Aposentados
Edson Bittencourt Rosas
Elycio Américo M. da Fonseca
Leon Ambram
Nacin Chau Cascum
Arquitetos
Dirceu Soares Marinho Filho
Biólogos
Evandro Rodrigues de Brito
Contadores
Sérgio Pereira
Demais Categorias
Eliana Glória de P. Peixoto
Economistas
Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
Álvaro Henrique C. Verocai
Clóvis Francisco do Nascimento Filho
Flávio de Carvalho Filho
Márcio de Melo Rocha
Paulo César Quintanilha
Renato Guerra Marques

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,
Nelson Martins Portugal e José Carlos
Filippo.
Suplentes: David Fink, Antônio Bastos
de Oliveira
e Luiz Fernando F. Rodrigues.

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr
Bittencourt de Oliveira, Emy Guimarães
de Lemos, João Carlos do Rego Pinto,
Renato Lima do Espírito Santo e Carlos
Henrique Soares de Menezes.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
Tels: (021) 220-5031/224-5472

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério - MTB:
12.524/RJ

Diagramação

João Carlos Guedes

Edição de Abril de 1998

Tiragem: 2.000 exemplares

Ex-prefeito defende a titularidade municipal

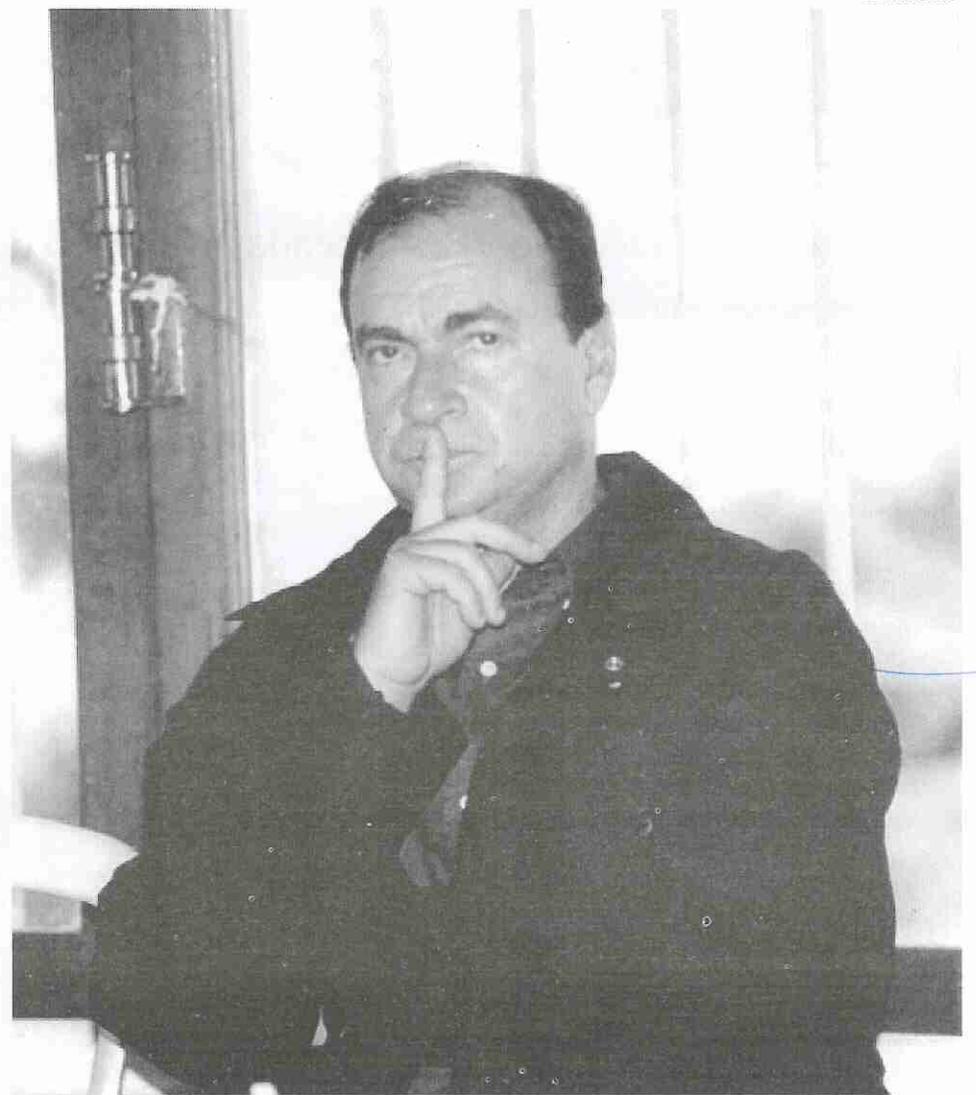
César Maia reafirma aos técnicos sua preferência pela CEDAE no setor público

Ganhando ou perdendo as eleições, o candidato do PFL ao governo do Estado, César Maia, disse que vai lutar contra a privatização da CEDAE. A garantia foi dada pelo próprio ex-prefeito do Rio de Janeiro, durante reunião com os empregados da Companhia, realizada no Fórum de Campo Grande, para discutir a determinação do governo do Estado de transferir os serviços de Saneamento Básico para a iniciativa privada.

Durante o encontro, que reuniu cerca de 40 empregados da CEDAE e a direção da ASEAC, o ex-prefeito informou que vem acompanhando de perto e com muita atenção todo o processo de privatização da Companhia, inclusive com a realização de pesquisas. Na sua opinião, os técnicos da empresa precisam iniciar, também, um diálogo imediato com os municípios, pois mesmo que ocorra a derrubada da Lei 087, através da qual o governo tomou para si a titularidade dos serviços públicos, a CEDAE terá que negociar com as prefeituras uma nova relação, buscando mostrar a importância de estarem juntos, numa parceria com a empresa estadual de Saneamento.

Ele sugeriu também que a ASEAC promova um evento que possa reunir os dois candidatos que vêm liderando as pesquisas eleitorais, ou seja, ele próprio e o prefeito de Campos, Anthony Garotinho, como cidadãos fluminenses, para debater a questão, "já que temos a mesma visão e somos contrários à venda da CEDAE ao setor privado". Em seguida, prometeu lutar de todas as maneiras para impedir que o governo obtenha sucesso no seu projeto de privatizar a Companhia: "Sei da importância do Rio de Janeiro no contexto da CEDAE, devido à arrecadação que proporciona à Empresa. E vou lutar, mesmo que perca as eleições, para que o Município permaneça na CEDAE.

César Maia considera fundamental, também, que os técnicos da CEDAE e a direção da ASEAC tentem sensibilizar os parlamentares do



"Sei da importância do Rio de Janeiro no contexto da CEDAE, devido a arrecadação que proporciona à Empresa. E vou lutar, mesmo que perca as eleições, para que o Município permaneça na CEDAE."

PMDB, através de seu presidente regional, deputado Moreira Franco, no sentido de apoiarem a retirada da CEDAE do Programa Estadual de Desestatização do governo do Estado, que deverá ser votada ainda em maio (ver páginas centrais). A nível da prefeitura do Rio de Janeiro, o candidato do PFL ao governo estadual disse que tem conversado com o prefeito Luiz Paulo Conde e com

os representantes da Câmara de Vereadores sobre a importância de preservar o Município dentro da CEDAE. César Maia acha importante também que se inicie um esforço no sentido de criar resistência às intenções do governador Marcello Alencar de leiloar o sistema de produção de água do Guandu, a maior Estação de Tratamento da América latina, responsável por 80% do abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, e de Imunana Laranjal, que abastece Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Paquetá. Pessoalmente, o ex-prefeito informou que tem conversado com os representantes de algumas empresas multinacionais interessadas em comprar o controle da CEDAE, alertando sobre os riscos que correrão com esta decisão. "É provável, até, que nem apareçam compradores para a Companhia, tendo em vista a preocupação demonstrada por esses potenciais investidores", concluiu César Maia.

Marcos Sales

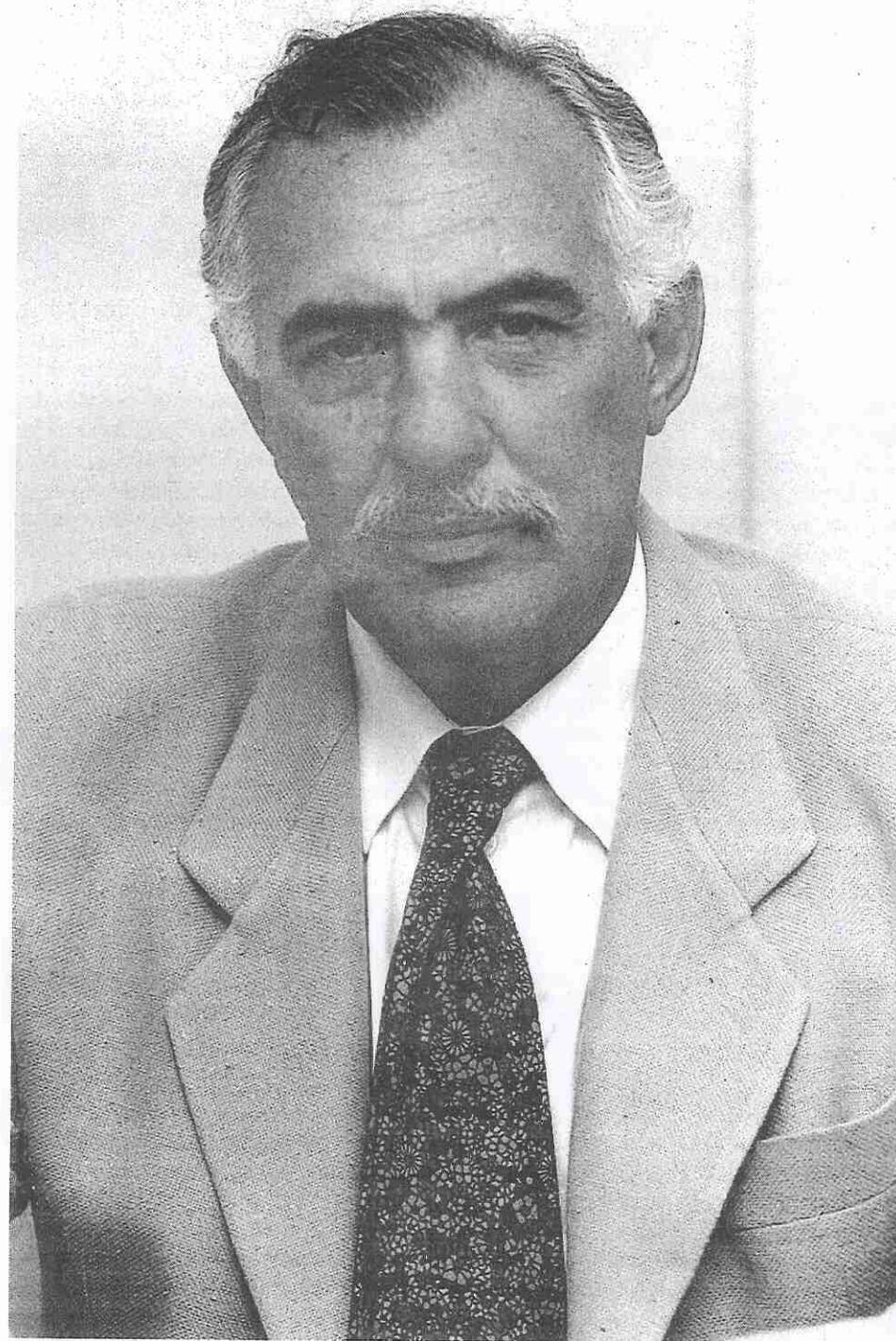
“O Predador”

Eu imaginava que o “predador” era componente. Só é revestido! Há dois anos, quando começávamos a resistência, eles, com arrogância, cantavam em prosa e verso como iriam exterminar a CEDAE. Confesso que, crédulo, ficava apreensivo. O tempo foi passando... e passando... e passou aquela tola imaginação. Não conseguiram e não irão conseguir, tenham certeza. Há, sim, e é verdade, muita sede para chegar ao pote. Que ótima essa incompetência, heim!

Ficou claro que não havia uma política pré-concebida de governo. Que não era do programa do governo. Foi incorporada apressadamente. O estímulo veio do neoliberalismo que adotara o governo federal, para tudo privatizar. Despertava-se-lhes a solução para o “caixa”. Exercitavam o método da tentativa. Foi assim que compilaram o PED - Programa Estadual de Desestatização, espelhando-se no PND - Plano Nacional de Desestatização. Não diferente foi a Lei Complementar nº 087/97, mirada na fosca “silhueta de um PLS nº 266, de autoria do Senador José Serra que, no nascedouro do Senado Federal, ainda luta para se formatar em Lei.

Tais dispositivos compilados deram-lhes a impressão de que eram imbatíveis. Por isso, distorceram os preceitos contidos no Artº 1º do PED. Ousaram, incluindo a CEDAE na lista das empresas que iriam ser privatizadas, quando, em verdade, a CEDAE, do PED, receberia recursos para o Saneamento Básico. É só lê-lo e sem sacrifício de interpretação, assim será entendido. Afinal, a CEDAE poderia render-lhes uma trinca de bilhões de reais, segundo estimativas deles. Não é assim tão fácil. Alguém avisou-lhes: - A Constituição Federal em seu Artº 30, inciso V, vai impedir! Impediu mesmo.

A magnitude da esperteza, logo



“Não houve uma discussão envolvendo a todos. E o Estado foge dos argumentos contrários à decisão, temerária, de colocar a água e o esgoto à mercê do mercantilismo.”

aflorou - distorceram, também, o Artº 25, parágrafo 3º da Constituição Federal. Aproveitaram-se do aceno de prerrogativa dos governos estaduais para sancionar Leis Complementares, redesenhando as Regiões Metropolitanas e para integrar as funções públicas de interesse comum, e deram-lhe o entendimento de que integrar

era apossar-se do poder municipal para privatizar os serviços de interesse local, como a distribuição da água e coleta do esgoto. Veio a reação esperada. Niterói e Rio de Janeiro não aceitam.

Não houve uma discussão envolvendo a todos. Fogem dos argumentos contrários à decisão temerária de colocar a água e o esgoto à mercê do mercantilismo.

Na Assembléia Legislativa do Estado -ALERJ - surgia Projeto Lei que retira a CEDAE do PED. O “predador” reuniu a base governista e receitou a “droga letal”, isto é, a manobra regimental. O Projeto não chegou ao Plenário para discussão e votação. Foi arquivado. Mas, alguns abnegados salvadores ressuscitaram-lhe e ainda lutam para mantê-lo a chama da “vida”, na esperança inabalável de que ele se transformará em Lei.

Paralelamente, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Supremo Tribunal Federal, questionavam a constitucionalidade da Lei Complementar 087/97, respectivamente, a Prefeitura do Rio e o PDT, este último intermediado pelo Município de Niterói.

O Tribunal de Justiça do Rio concedeu liminar, revogando-a em seguida em respeito às instâncias de competência, já que no Supremo Tribunal Federal estava em julgamento igual matéria.

Perplexos ficamos. O Supremo Tribunal Federal arquivou a Ação Direta de inconstitucionalidade impetrada pelo PDT. Não houve julgamento de Mérito!

Rapidamente, o PT impetrou outra Ação Direta de Inconstitucionalidade, esperamos que ela não venha a ser contaminada com a mesma decisão anterior. Não acreditamos que os Deuses estejam ao lado do Poder desargumentado e “sedento”. Oxalá o Ministro Maurício Corrêa, Relator da tal ADIN, consiga desobstruir, juntamente com os seus pares, o caminho da vitória constitucional, definida no Artº 25, que não dá o poder pleno nem aos Estados nem aos Municípios, Integrantes da Região Metropolitana. Que se restabeleça, logo, a harmonia. Que todos compartilhem do atendimento à necessidade humana - Sem água, morre-se. Conviver com esgotos, teremos a mesma condenação.

*Dario Modego
Presidente*

ALERJ aceita discutir a privatização da CEDAE

Por exigência da própria sociedade, que vem demonstrando insatisfação com relação a qualidade dos serviços públicos privatizados, principalmente nos setores de energia elétrica e transportes (metrô), as lideranças do PPS, PC do B, PT, PDT, PFL, PSB, PRONA, PT do B e PTB decidiram aceitar a proposta da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ - para a realização de uma Audiência Pública no plenário da Assembleia Legislativa, no dia 19 de maio (terça-feira), às 10:30h, para discutir o assunto com a população.

A proposta, levada pessoalmente aos parlamentares pelo presidente da SEAERJ, Jayme Steichel, já ganhou adesão de várias entidades de classe e associações de moradores, que consideram a discussão mais do que oportuna, tendo em vista que tramita na ALERJ, atualmente, uma proposta no sentido de retirar a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED. Além da Famerj, Fam-Rio e de praticamente todas as associações de moradores da Zona Sul do Rio, a Audiência conta com o apoio da

própria Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE (ASEAC) do Clube de Engenharia, do CREA, Sindicato dos Urbanitários e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES.

Alerta à população

Para mobilizar a população no sentido de participar da Audiência, as entidades envolvidas vão distribuir milhares de folhetos, convocando toda a sociedade - que tem se manifestado contrária à privatização da CEDAE da maneira como vem sendo feita - a participar da discussão, de forma a garantir que os seus interesses sejam atendidos e a impedir que seus direitos sejam desrespeitados, como cidadãos e consumidores.

Na carta aberta, as entidades alertam a população para o risco de que a privatização da CEDAE traga, como consequência, o aumento das contas d'água e a queda da qualidade dos serviços de Saneamento no Estado. Na verdade, depois da privatização da CERJ e da LIGHT, várias associações de moradores, federações e câmaras comunitárias começaram a cobrar uma discus-

são maior sobre o assunto, de forma a garantir os seus direitos de cidadãos. Isto, considerando-se que a CEDAE é uma empresa que tem por fim o lucro social e não o financeiro, devido a importância da água para garantir a saúde da população.

Para tentar reverter a proposta do governo Marcello Alencar de privatizar a CEDAE a qualquer preço e a qualquer custo, sem ouvir a população, os técnicos, através da SEAERJ conseguiram o apoio de vários deputados para marcar a Audiência Pública no próximo dia 19, às 10:30 hs. Assinaram o documento de apoio à convocação da Audiência os líderes de vários partidos, entre os quais deputados Lúcia Souto (PPS), Carlos Minc (PT), Nilton Salomão (PSB), Miriam Reid (PDT), Solange Amaral (PFL), Blandino Amaral (PRONA) e Edmilson Valentim (PCdoB).

O presidente da ASEAC, Dario Mondego, lembra aos empregados da empresa a importância de participarem da Audiência, "pois o governo não pode tratar a água como uma mercadoria qualquer. A água é um bem público. A

CEDAE tem por objetivo o lucro social e não o financeiro. Vamos pressionar os deputados para que o projeto de retirada da CEDAE do PED volte à discussão e votação na ALERJ e garantir que a população do Rio de Janeiro tenha seus direitos de cidadãos preservados", concluiu.

Alerta aos parlamentares

A insatisfação da sociedade com relação a forma pela qual a CEDAE está sendo colocada à venda não se prende apenas ao temor da população de que a qualidade dos serviços venha a se deteriorar, a exemplo da Light e da CERJ. Além disso, as principais informações econômicas sobre a Empresa, divulgadas no estudo de modelagem de venda da CEDAE, elaborado pelo consórcio Sanerio para a elaboração do pré-edital de privatização, estão manipuladas, com o propósito de subavaliar o preço de venda do controle acionário da Companhia, e também de subdimensionar os sistemas de produção de água, principalmente na Região Metropolitana, onde se concentram 80% da arrecadação.

Contribuições reforçam a luta pela CEDAE pública

Técnicos se mobilizam contra a privatização do Saneamento no Rio

A direção da ASEAC está encaminhando a todos os associados a segunda boleta bancária, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), de um total de cinco, aprovadas por mais de 200 associados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em fevereiro último, como alternativa de contribuição espontânea e independente para fortalecer e ampliar a luta da Entidade em defesa da preservação da CEDAE no setor público.

A direção da ASEAC informa que mais de 20% dos sócios já contribuíram com esse esforço conjunto e lembra que as contribuições podem ser feitas em qualquer agência bancária, na data que melhor convier ao associado, e, também, através de depósitos voluntários, na conta corrente UNIBANCO-

Agência 0739 -C/C 747479-7.

Com o pagamento da primeira boleta voluntária por parte dos associados, a ASEAC pôde desenvolver uma série de ações junto à população e na área jurídica, com o objetivo de impedir que os serviços de Saneamento Básicos, operados pela CEDAE, sejam entregues, como foi feito com as concessionárias do setor elétrico, à iniciativa privada e, conseqüentemente, submetidos a meras regras de mercado.

Reação em cadeia

Entre outras iniciativas, a ASEAC espalhou por toda a Região metropolitana do Rio 31 "out-doors" e promoveu farta distribuição de plásticos para pára-brisas de automóveis, com a seguinte inscrição: "**Privatização da CEDAE: Hoje você está sem luz, amanhã ficará sem água**". Além disso, foram contratados 14 jovens para exibir faixas em pontos estratégicos de intensa movimentação, tais como as

esquinas de avenida Rio Branco e Presidente Vargas, Central do Brasil etc., contendo alertas à população sobre os riscos de privatização da CEDAE para a própria sociedade, que já começou a reagir e se manifestar contrária à transferência da CEDAE à iniciativa privada.

A direção da ASEAC distribuiu, ainda, à população do Estado uma "carta aberta" e encaminhou relatórios e outros materiais aos 70 deputados da Assembleia Legislativa do Rio - Alerj -, prefeitos, candidatos ao governo do Estado, jornais de grande circulação do Rio e autoridades. No plano jurídico, além de intermediar e patrocinar diversas ações junto ao tribunal de Justiça do Estado e das Comarcas de Araruama, São Pedro D'Aldeia, a Entidade está acompanhando de perto as Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINS - que estão sendo impetradas em Brasília, pelo PDT e pelo PT. Nesse sentido, o presidente da ASEAC,

Dario Mondego, viajou à Capital Federal para audiências com diversos senadores e deputados, entre os quais o senador Josaphá Marinho - relator do PL-266, do senador José Serra, que prevê a transferência da titularidade dos serviços de Saneamento dos municípios para o estados; e com o Juiz do Supremo Tribunal Federal STF -, Dr. Maurício Corrêa - relator da ADIN proposta pelo PDT.

Segundo o presidente da ASEAC, "a Entidade tem estado atenta, de forma a implementar outras iniciativas necessárias para enfrentar a tentativa de avanço no processo predador do governo do Estado. A cada ação, haverá uma reação, até atingirmos o patamar da inversão", garante. Para isso, contudo, Dario Mondego lembra a importância de todos os empregados estarem mobilizados e dispostos, como profissionais de Saneamento Básico, a contribuir com essa luta em prol da sociedade fluminense.

Com 36 anos de casa, Arakaki acha que chegou a hora de mudar a CEDAE

Guerra às perdas e ao desperdício

O engenheiro José Yochimy Arakaki, de 58 anos, assume a presidência da CEDAE com o desafio de melhorar a Empresa, ou seja, modernizá-la, adaptando-a às exigências do mercado. Técnico de carreira, há 36 anos na casa, Arakaki considera que os empregados da CEDAE têm uma oportunidade de provar que é possível melhorar a Empresa, reduzindo a inadimplência, combatendo as perdas em todos os níveis e áreas e melhorando o desempenho e a qualidade dos serviços prestados à população do Rio de Janeiro:

- Melhorar a CEDAE é fundamental. E tenho certeza de que com a ajuda de todos empregados, da ASEAC e do corpo técnico, é possível realizar a tarefa de organizar a Empresa, de forma que ela se torne competitiva, considerando-se as novas regras de mercado" - garantiu.

Ao definir a sua administração como de continuidade à do ex-presidente da Companhia, José Maurício Nolasco, Arakaki afirmou, em entrevista exclusiva ao Jornal da ASEAC, que, na sua visão, a CEDAE ideal passa, necessariamente, por uma total reformulação, na qual está prevista a sua descentralização administrativa, com a participação dos municípios e da iniciativa privada. Nesta reformulação, ele inclui, também, como ações essenciais, o combate às perdas, a priorização da área comercial e a reestruturação dos Recursos Humanos, para que a Companhia fique mais dinâmica e possa competir no mercado.

Estancar a sangria

Na CEDAE desde 1962, José Arakaki fez sua carreira atuando, principalmente, nas áreas de Operações e Manutenção e Planejamento. Já foi diretor da área de Operações e Manutenção, Assessor de Planejamento, Superintendente de Operações e Manutenção e de Desenvolvimento Institucional. Hoje, com a experiência de quem lutou a vida toda contra as perdas físicas da rede de abastecimento, o novo presidente da CEDAE defende a redução imediata de todos os desperdícios dentro da Empresa, desde o faturamento - prioridade absoluta - até energia e materiais, de forma geral.

"É praticamente impossível eliminar todos os desperdícios dentro de qualquer empresa do porte da CEDAE. Mas podemos reduzi-lo a um nível aceitável. E, para isso, é fundamental a cooperação de todos. Pois, só assim teremos uma Empresa saudável, viável. É importante que todos os empregados se conscientizem disso. Hoje, a grande preocupação universal é manter postos



Marcos Sales

de trabalho, evitar o desemprego. Por isso, é importante que estancuemos a sangria do desperdício dentro da CEDAE. Aliás, a luta contra o desperdício, contra o desemprego obriga as empresas a se tornarem mais competentes. E esse, sem dúvida, é um desafio para a CEDAE. Vamos economizar a cada momento. Podemos reduzir custos com energia, xerox e materiais de forma geral. Podemos até mesmo deixar de desperdiçar o nosso tempo - evitando conversas desnecessárias - melhorando o nosso desempenho. Há um desperdício latente na CEDAE e é nossa obrigação brigar contra ele".

Ao considerar que a Companhia vive um processo de melhoria permanente, devido ao alto nível de seus empregados e de seu corpo técnico, o novo presidente da CEDAE explicou que há uma tendência mundial pela privatização dos serviços públicos e que só existe uma chance de a Empresa sobreviver: "Ela precisa se adaptar ao mercado, mudar o seu modelo de gerenciamento, que é ultrapassado. Podemos utilizar o modelo de descentralização sugerido pela ASEAC.

Segundo o presidente da CEDAE, o Saneamento é uma função do Estado, devido às implicações que a falta ou má-qualidade do serviço pode trazer para a saúde pública: "Mas, para que a Empresa pública de Saneamento sobreviva, é necessário que se façam concessões à iniciativa privada e que as prefeituras participem da sua gestão", afirmou. Antes de finalizar, Yochimy Arakaki adiantou que a atual diretoria da CEDAE está preocupada com o grande número de ações contra a Empresa na justiça. "Grande parte delas é ilegítima e até anti-ética", garantiu. Segundo o engenheiro, se esses empregados pertencessem à iniciativa, cuja facilidade de admitir e demitir é muito maior, a CEDAE não teria o passivo trabalhista que tem hoje, "porque a empresa privada demite antes que o problema surja". Para o novo Presidente, o comportamento ético dos próprios empregados em relação à Companhia será fundamental, "pois a CEDAE não mantém, na sua composição tarifária, reservas para enfrentar demandas trabalhistas desse montante". Ele acrescentou que a filosofia da empresa tem sido no sentido de avaliar as ações para "triar" as legítimas das ilegítimas. "Às primeiras, certamente, daremos um tratamento diferenciado. Às demais, usaremos o rigor que a lei nos permite, para impedir que a Empresa continue a sofrer esse tipo de prejuízo. A diretoria da CEDAE poderá até mesmo fazer um ajuste para reduzir essas questões trabalhistas", concluiu.

Depende apenas do PMDB a aprovação do projeto que suspende a privatização

Por um fio a retirada



Arquivo

● Agora "é prá valer". O projeto que retira a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED -, depois de desarquivado, foi assumido por todas as oposições e mais o PFL e PPB. Contudo, mesmo que seja aprovado nas Comissões Internas da ALERJ, o projeto só deverá voltar a Plenário se houver uma forte pressão de toda a sociedade organizada junto aos parlamentares fluminenses, principalmente do PMDB, base de sustentação do governo - que pode ajudar a decidir qualquer votação na ALERJ, com os seus 11 deputados. Com o leilão da CEDAE marcado para o próximo dia 22 de julho, o momento é de todos se mobilizarem, para que os parlamentares discutam, de fato, o que significa privatizar uma empresa de Saneamento Básico, que tem uma função social fundamental para garantir a saúde da população. Na verdade, sem o apoio do PMDB, dificilmente o governo Marcello Alencar conseguirá privatizar a CEDAE.

da CEDAE. Vamos nos mobilizar e cobrar uma posição desses parlamentares

da CEDAE do PED

Ronaldo Gama

O primeiro passo no sentido de sensibilizar os parlamentares do PMDB sobre a importância de preservar a CEDAE no setor público foi dado, nada menos, pelo próprio presidente regional do partido, o ex-governador Wellington Moreira Franco, que, depois de enviar uma carta pessoal aos parlamentares da bancada pemedebista na ALERJ, se reuniu, no dia 11 de maio, com a direção da ASEAC e diversos técnicos da CEDAE, na sede da Entidade, para examinar uma estratégia conjunta para que a Companhia deixe de fazer parte do PED. Após ouvir um relato do presidente da ASEAC, Dario Mondego, e de alguns técnicos sobre a decisão "equivocada e ilegal" do governo do Estado ao incluir a Companhia do Programa, negando, inclusive promessas assumidas em sua própria campanha eleitoral, Moreira Franco classificou todo o processo de muito açodado: "Tenho acompanhado e compartilho da luta dos técnicos da CEDAE, porque será muito difícil manter a qualidade dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos no resto do Estado, se a Região Metropolitana for retirada da alçada da CEDAE. No Brasil, as elites sempre se deixam levar pelo modismo e não pela calma e tranquilidade que o assunto exige", afirmou, numa crítica aberta à maneira como o atual governo vem se comportando em relação à Empresa.

O ex-governador ressaltou a capacidade de recuperação da Companhia, graças à sua competência e de seus técnicos, lembrando a época em que governou o Rio de Janeiro, quando encontrou a empresa em situação difícil e, rapidamente, presenciou a sua reação. Na sua opinião, o processo de privatização de serviços públicos é delicado e não pode ser tratado como uma questão ideológica, sentenciou. Depois de elogiar a solução encontrada pelo governo de São Paulo para a Sabesp, Moreira Franco considerou que, em situações em que o Poder Público tem a função de punir e fiscalizar, como ocorre com a CEDAE, o Estado não pode ser parceiro da iniciativa privada. Ele entende que, por essa razão, a população vem

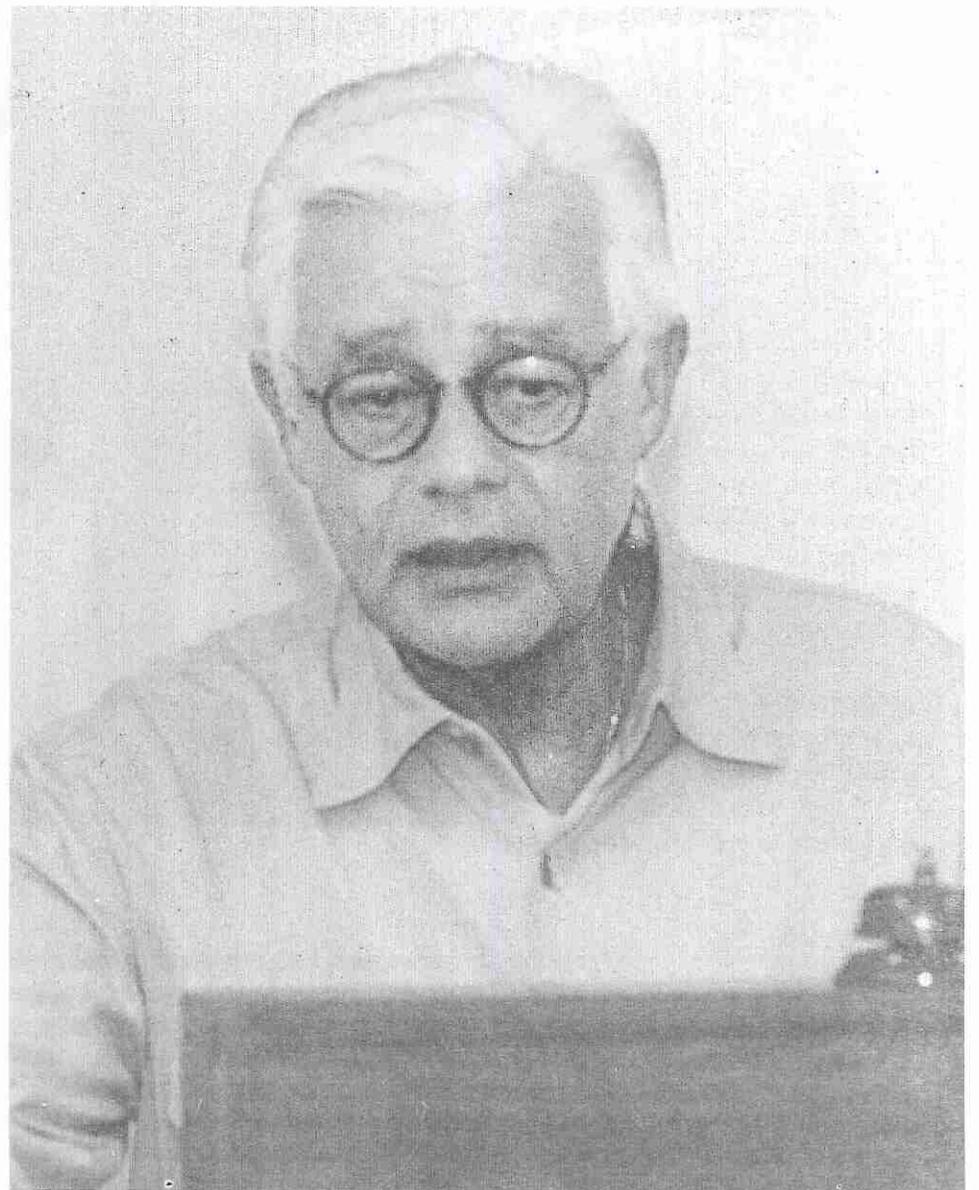
tendo problemas na área de fornecimento de energia elétrica depois que as duas concessionárias do Rio - a Light e a CERJ - foram privatizadas, "pois as agências de fiscalização não devem ser parceiras das empresas privadas, mas sim fiscalizá-las".

Considerado "um velho amigo da CEDAE", O ex-governador se colocou à disposição dos técnicos da Companhia para ajudar a enfrentar o problema. De imediato, se prontificou a propor à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados a realização de uma Audiência Pública para discutir o modelo brasileiro de privatização do Saneamento Básico, em Brasília, e se comprometeu a conversar com a bancada do PMDB na Assembleia Legislativa do Estado do Rio, de forma a convencer os seus correligionários a votarem a favor da retirada da CEDAE do PED.

Repercussão

O líder do PMDB na ALERJ, deputado Henry Charles, considera que a CEDAE é uma empresa viável: "Tanto a CERJ quanto a CEDAE são empresas extremamente viáveis. Poderiam, podem, enquanto empresas públicas, ter uma vida financeira saudável. No caso da CERJ, a questão é que, ao longo dos anos, por falta de investimentos na sua modernização e na manutenção, a Empresa ficou totalmente sucateada. O resultado é que o Estado teve de privatizá-la. Com a CEDAE, não houve falta de investimentos, agora a Empresa está no PED e as comissões que analisaram a sua retirada, considerou o projeto que poderia retirá-la do Programa de Desestatização inconstitucional. Eu votei a favor do PED".

Ao confirmar que recebeu uma recomendação do presidente regional do PMDB, deputado Moreira Franco, para que a bancada do partido votasse contra a privatização da CEDAE, Henry Charles foi categórico, afirmando que o projeto não volta a Plenário se as comissões não voltarem atrás na sua decisão: "Isto não é impossível, mas precisamos trabalhar as comissões". O deputado se comprometeu a fazer isso, se for com-



Deputado Moreira Franco pediu à bancada do PMDB para rever sua posição

provada a denúncia da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ- de que o governo manipulou a ALERJ, fazendo-a aprovar, no ano passado, um aumento nas contas d'água de cerca de 10 a 12%, quando na verdade este chegou a até 60%. Segundo o deputado, se for mesmo comprovado que a Sanerio - empresa contratada para fazer a modelagem da CEDAE - tiver mudado a fórmula de calcular as contas da água, sem autorização da ALERJ, o PMDB, pode votar pela manutenção da CEDAE pública.

"A discussão sobre a privatização da

CEDAE sucede a duas experiências nefastas (Light e Cerj). Na verdade, quando propus o projeto para tirar a CEDAE do PED foi para dar uma oportunidade ao legislativo de rediscutir o assunto", afirma a deputada Lúcia Souto, do PPS, ao defender a importância de um grande lobby, principalmente sobre a bancada do PMDB, para fazer com que o projeto, que retira a CEDAE do PED - assumido por todos os partidos, exceto PSDB e PMDB - seja levado, de novo, a Plenária.

A parlamentar reconheceu que a maioria dos deputados está mal informada

A ETA do Guandu, a maior da América Latina, também está ameaçada

Brasília, março de 1998

Ao Deputado Henry Charles

Prezado Líder,

A CEDAE é, sem dúvida, uma experiência positiva da administração pública brasileira. Prestadora de serviços essenciais, atende corretamente a população. E o que é importante, apesar de monopolista, pratica preços que respeitam o bolso do consumidor e o remunera com justiça. Seus quadros técnico e operacional vem atestando pelo seu desempenho, seriedade profissional, competência e espírito público. Ela é, pois, exemplo de bem servir ao povo fluminense.

Minhas afirmações decorrem de quatro anos de acompanhamento diário de sua atuação e convivência, em momentos difíceis, com seus dirigentes, engenheiros e trabalhadores.

Privatizá-la açodadamente não me parece atender aos nossos compromissos partidários com a busca de uma qualidade de vida melhor para o nosso povo.

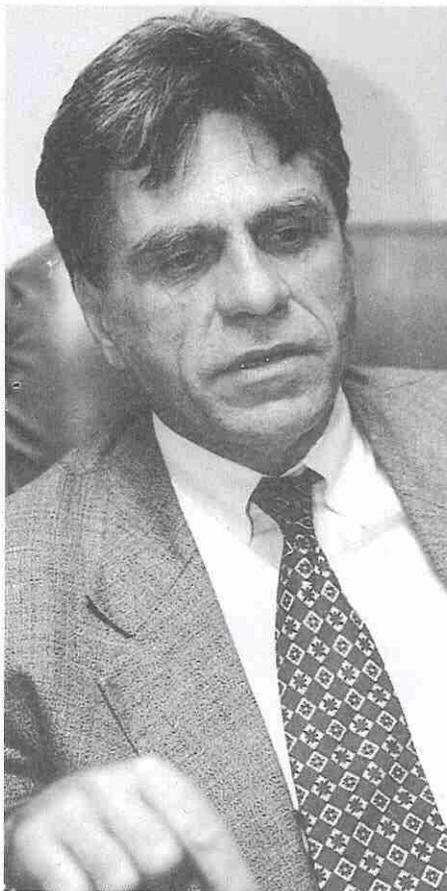
Por isso, como fluminense, homem público e presidente do PMDB recomendo o apoio de nossa bancada ao projeto que ora tramita nesta Casa Legislativa.

Registro, para finalizar, que quando em 1987, assumi o governo do Rio a CEDAE estava quebrada. Em quatro anos, por força do trabalho de seus quadros e do apoio do governo ela retornou à liderança das empresas latino americanas de Saneamento. A CEDAE é um patrimônio do povo fluminense.

Saudações Democráticas,
Deputado Moreira Franco

“O projeto não volta a Plenário se as comissões não voltarem atrás na sua decisão: Isto não é impossível, mas precisamos trabalhar as comissões.”

Henry Charles - PMDB



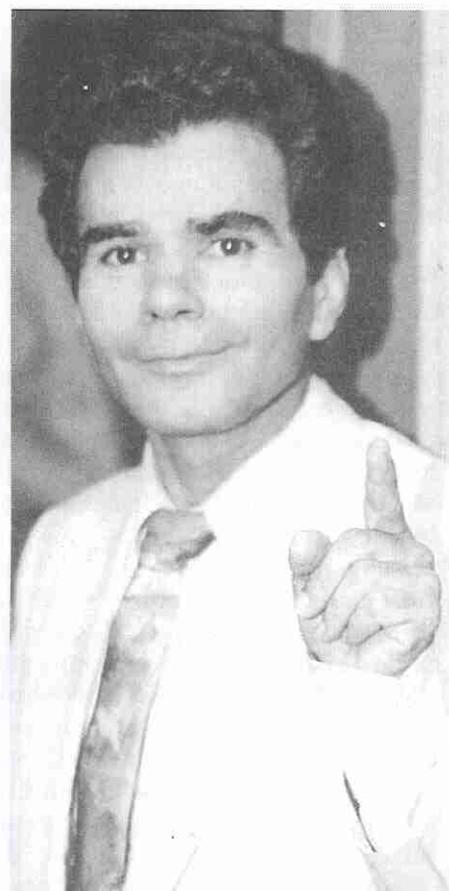
“Quando propus o projeto para tirar a CEDAE do PED, foi para dar uma oportunidade ao Legislativo de rediscutir o assunto”

Lúcia Souto - PPS



“O PED foi um cheque em branco dado ao governador para decidir questões que atingem diretamente a vida da população”

Blandino Amaral - PRONA



Fotos de Marcos Sales

sobre a matéria e defendeu a realização de uma discussão maior sobre as consequências para a sociedade da privatização da CEDAE: “Precisamos ouvir mais os profissionais e especialistas na matéria, que possam nos ajudar a ter uma melhor compreensão do problema. Os parlamentares estão sensíveis ao problema e podem ficar ainda mais, se receberem informações, que comprovem que o governo está escondendo ou passando informações falsas à ALERJ.

Para impedir que a bancada governista realize um novo golpe, como fez anteriormente, quando conseguiu arquivar o projeto, através de uma manobra regimental, Lúcia Souto considera primordial o apoio do PMDB: “Embora, muitos parlamentares da base governista, hoje, sejam contra a privatização da CEDAE, não acho que seja possível impedir que esta ocorra sem o apoio do PMDB. E o importante é que vários deputados do partido estão propensos a votar contra o governo, no caso da

CEDAE, principalmente, depois que o presidente Regional do Partido, deputado Moreira Franco, demonstrou publicamente ser favorável à retirada da CEDAE do PED”.

“Fraude chapa branca”

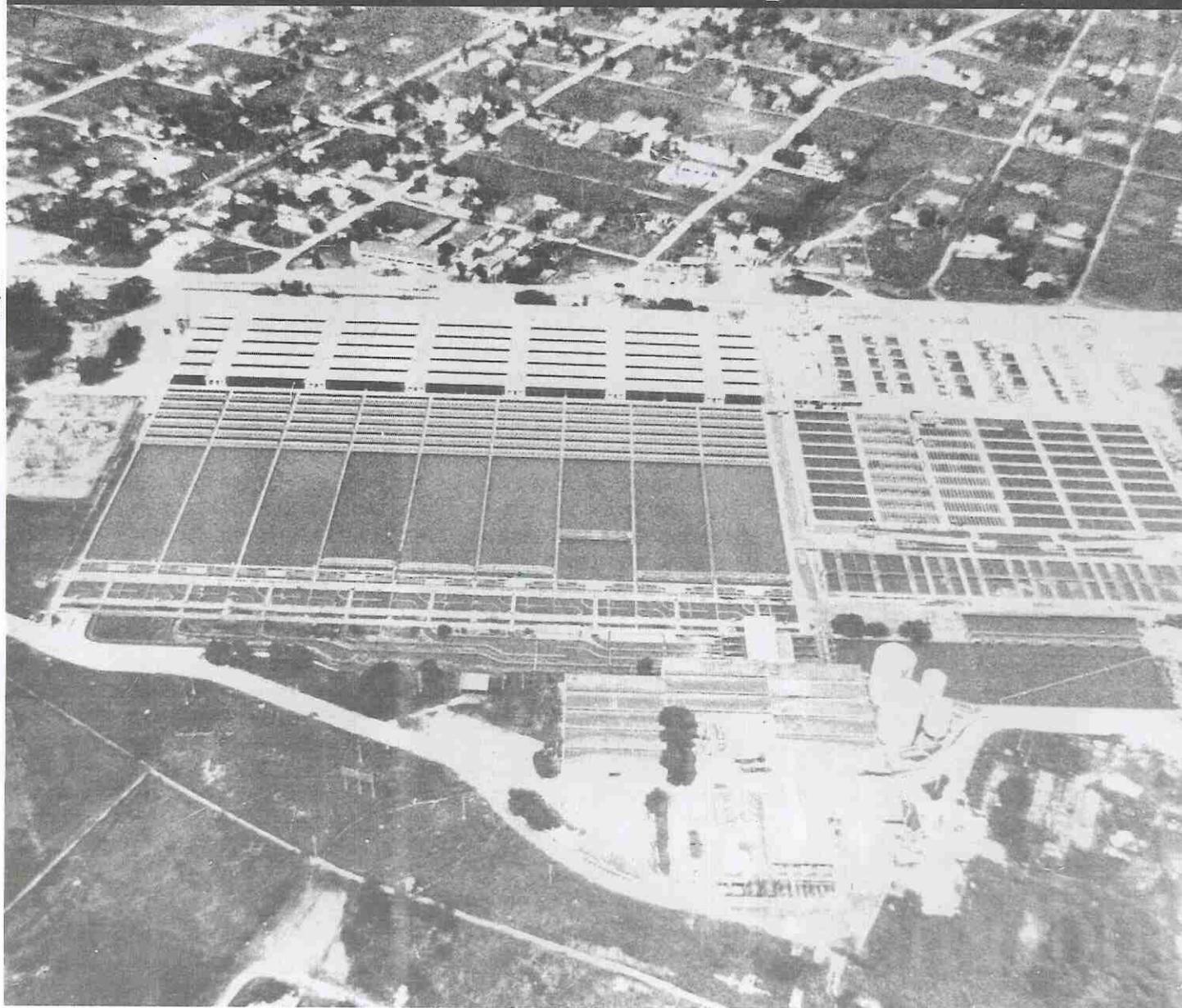
Ao comentar a denúncia da SEAERJ de que o governo do Estado aumentou as contas de água em até 60% no último ano para tornar a CEDAE mais atrativa à iniciativa privada, a líder do PFL, deputada Solange Amaral - responsável por oito votos - não teve dúvidas e afirmou: “Esse aumento das contas de água é uma fraude chapa branca, porque tem o apoio do governo Marcello Alencar. Outra questão é o desemprego. A venda da CEDAE aumenta muito mais o risco do aumento do desemprego no Rio de Janeiro. Além disso, o Rio é o único Estado que vendeu tudo o que tinha e teve dificuldades imensas para renegociar a sua dívida. A gente deveria perguntar ao Marco Aurélio, o que

ele fez com o dinheiro da venda dessas empresas?”

Segundo a parlamentar, a privatização da CEDAE é um absurdo, pois a Empresa é decisiva para qualquer governo do Estado: “É uma questão de honra para o PFL, para o César Maia, por várias razões, sendo que a principal delas é que o Marcello Alencar conseguiu desmoralizar o princípio da privatização. Os exemplos de privatização das empresas públicas no Rio de Janeiro são os piores possíveis. O Saneamento - não se pode esquecer - é um instrumento de política social do governo, de justiça social. E digo mais, até de criação de emprego”.

Ao concluir o seu pensamento, Solange Amaral afirmou que o Saneamento traz a possibilidade de expandir a geração de empregos no Estado e que o governo não pode perder esse instrumento. Também o líder do PT, deputado Carlos Minc, é contra a privatização da CEDAE: “Sinto-me bem à vontade para defender a CEDAE, enquanto Em-

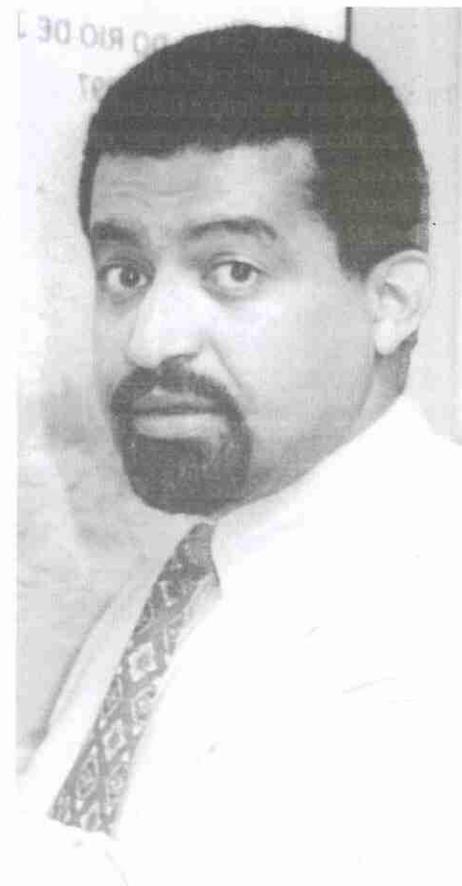
Com os votos do PMDB, será possível retirar a CEDAE do PED



Arquivo

“Estamos rediscutindo a privatização da CEDAE no momento exato, considerando-se o fiasco que representou a venda da CERJ e da Light”

Edmilson Valentim - PCdoB



presa pública. Aliás, depois desses escândalos da CERJ e da Light, há uma chance de a CEDAE não ser privatizada. Basta que haja pressão popular junto aos parlamentares”.

Ao explicar que foi mal interpretado por vários técnicos da Empresa pelas críticas, que fez ao método de coleta de amostras para verificar a qualidade da água, produzida pela CEDAE, Minc foi categórico: “A melhor defesa que se faz de uma empresa pública é a crítica construtiva, que leva ao seu aperfeiçoamento”. Responsável por um grande número de leis ambientais que consideram a questão do Saneamento Básico, o líder do PT, citou algumas delas: “É de minha autoria a lei que determina o tratamento de esgotos. Também é de minha autoria a lei que obriga o governo a publicar o relatório de controle da qualidade da água”.

Ao falar sobre o rio Paraíba do Sul, Carlos Minc considerou um absurdo que o governo não obrigue a Companhia Si-

derúrgica Nacional -CSN - a parar de jogar benzopireno dentro do rio, que é a maior fonte de captação de água do Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense: “Fiz várias análises, no trecho entre a CSN e a captação de água bruta da ETA do Guandu. Encontramos sedimentos de benzopireno e vários peixes (piaus, cascudos e lambaris) com deformações cancerígenas. Até Barra Mansa, o índice de benzopireno era normal, a partir daí, o índice é 25% superior do que o ideal. O custo para a CSN limpar o rio Paraíba é de apenas R\$ 9 milhões. Deve ser a gorjeta que o Steinbruch deu para o contínuo da Bolsa de Valores no dia em que ganhou a Vale do Rio Doce”. Ao finalizar, Minc explicou que a população precisa se envolver na despoluição do rio Paraíba do Sul para proteger a sua maior fonte de abastecimento.

Função do Estado

A visão do líder do PSB é de que o Saneamento é responsabilidade do Estado. Segundo o deputado Nilton

Salomão, não dá para admitir que um cidadão venha a ficar sem água, não importa porque motivo. Isso é básico. É ético: “Para exemplificar, em Teresópolis, temos quatro comunidades carentes: Fonte Santa, Quinta Lebrão, Coréia e Vale da Revolta. Precisamos aumentar a produção do sistema Rio Preto e Jacarandá, para garantir água a essa população. Esses projetos estão prontos, mas a crueldade do governo Marcello Alencar, interessado em privatizar a CEDAE, é tanta que ele não libera os recursos para essas obras. Se a Companhia for privatizada, quando essas comunidades terão água?”

Para o parlamentar, outra questão que preocupa é a do esgotamento sanitário: “É preciso investir em esgotamento sanitário, o governo do Estado precisa priorizar a questão. Teresópolis e outras cidades, que estão sofrendo a expansão da construção civil, correm o risco de boiar nos dejetos sanitários”.

Nilton Salomão considerou que o empresário está preocupado com o lucro, e o cidadão não pode ficar à mercê desse interesse da iniciativa privada. Ele defendeu a reestruturação da CEDAE, com uma participação maior das prefeituras, dentro de uma visão de parceria, que possa garantir água tratada e esgotamento sanitário à população, sem considerar apenas o interesse econômico.

Outra questão levantada pelo parlamentar é o risco de que, com a privatização, toda a memória, tecnologia e experiência da Companhia venham a se perder. Nilton Salomão finalizou, explicando que o governo Marcello Alencar é o campeão das privatizações e dos endividamentos (a dívida do governo do Estado é de R\$ 18 bilhões). “Apesar disso tudo, não conseguiu ter um programa expressivo na área social e, agora, quer vender a CEDAE por nada”.

Também a deputada Núbia

Vários deputados, inclusive do PSDB, já admitem o erro da privatização

“O governo do Estado precisa investir em Saneamento. Teresópolis e outras cidades correm o risco de boiar nos dejetos sanitários”

Nilton Salomão - PSB



“O Rio é o único Estado que vendeu tudo o que tinha e teve dificuldades imensas para renegociar a sua dívida. A gente deveria perguntar ao Marco Aurélio, o que ele fez com o dinheiro da venda dessas empresas?”

Solange Amaral - PFL



“Depois dos escândalos da CERJ e da Light, há uma chance dela não ser privatizada. Basta pressão popular junto aos parlamentares.”

Carlos Minc - PT



Fotos de Marcos Sales

Cozzolino, vice-líder do PTB, afirmou ao Jornal da ASEAC que é contra a privatização da CEDAE por convicção própria: “Ao contrário de muitos deputados, que mudaram os seus votos, em 1995 votei contra o PED no Plenário da ALERJ. A CEDAE não pode e não deve ser privatizada, porque ela é um bem público, presta um serviço essencial à sociedade. Segundo Núbia Cozzolino, pelo fato de estarmos em um ano eleitoral, pode ser que seja possível reverter a privatização da Empresa. Mas é preciso que a população e os próprios empregados cobrem uma atitude mais coerente de seus deputados: “A CEDAE de Magé elegeu o deputado Nelson do Posto, hoje vice-prefeito, que votou pela privatização da Companhia”, afirmou.

“Votei a favor do PED e me arrependi. Achei que era impossível que uma empresa privada prestasse um serviço pior do que o prestado pela CERJ estatal e o grupo que comprou a CERJ conseguiu me provar que isto

era possível”. O desabafo é do líder do PTdoB, João Peixoto, que defende investimentos na CEDAE pública para que ela possa atender melhor a população do Estado: “Pensei que era impossível piorar os serviços de energia elétrica e essas empresas privadas conseguiram. A partir de agora, sou contra a privatização de qualquer serviço público. Essas empresas privadas só sabem aumentar o valor dos serviços e nós não podemos fazer nada”.

Também o deputado Blandino Amaral, do PRONA, é contra a privatização dos serviços públicos e, em particular da CEDAE: “Fiz a minha campanha com o apoio dos companheiros da CEDAE e prometi que defenderia a Empresa. Dei a minha palavra e não volto atrás. Não mudo de idéia, como vários parlamentares o fazem, assim que se elegem”. Segundo Blandino, o PED foi um cheque em branco que os parlamentares deram ao governador Marcello Alencar, que colocou pessoas que não

têm representação popular para decidir questões, que atingem diretamente a vida da população: “Isto não é venda, é entrega do patrimônio público, depois de melhorado com dinheiro público”.

Fiasco no setor elétrico

Entre os quatro parlamentares do PPB, de Paulo Maluf, que subscreveram o apoio à reapresentação do projeto que retira a CEDAE do PED, está o líder da bancada fluminense, Aluísio de Castro: “O meu voto é a favor da CEDAE, da população e dos empregados da Companhia. A CEDAE não pode ficar nas mãos do setor privado, do interesse exclusivo do lucro, pois ela nos garante um bem essencial à pessoa humana: a água”, acrescentou, garantindo que a bancada do PPB votará a favor da retirada da Companhia do PED, tanto nas comissões como no plenário da Assembléia Legislativa.

Para o deputado Edmilson Valentim, do PC do B, nós estamos

rediscutindo a privatização da CEDAE no momento exato, considerando-se o fiasco que representou a venda da CERJ e da Light: “Foram as primeiras empresas de serviço privatizadas e a população sentiu na carne, o que significa privatizar serviços públicos. A lógica do setor privado é reduzir custos e maximizar lucros, independente da qualidade dos serviços. Por isso, deu tudo errado com as empresas de energia elétrica”.

O líder do PC do B fez questão de explicar que a ASEP, a agência que deveria controlar os serviços públicos privatizados no Rio de Janeiro, não está funcionando ainda e que o discurso de que o Estado vai fiscalizar, controlar esses serviços, é falso: “Agora, a população está enxergando que as privatizações não são uma maravilha. Em todas, o que ocorreu foi um reajuste absurdo das tarifas e queda da qualidade dos serviços”. Ele considerou, no entanto, que existe clima favorável contra a privatização da

Sociedade, assustada com a venda da CEDAE, diz que vai cobrar nas urnas

“Processo de privatização cruel e burro”



O presidente da Comissão de Minas e Energias da Alerj, Rubens Tavares, do PFL, vai convocar, por volta do dia 20 de maio, uma reunião extraordinária da Comissão para rediscutir a privatização da CEDAE, considerando-se que a questão dos recursos hídricos não foi levada em conta pelo governo do Estado, quando optou pela venda do controle acionário da Empresa. Segundo o parlamentar, a privatização da CEDAE é ilegal sob vários aspectos: “Do ponto de vista político, a CEDAE é fundamental, considerando-se o subsídio cruzado existente nas contas d’água, o que permite o atendimento das classes carentes. É preciso entender que a iniciativa privada não vai ter a preocupação social, que tem a empresa pública e aí surge uma dúvida: Como vai ficar o atendimento à essa população, que hoje paga a tarifa subsidiada?”

Rubens Tavares considerou ainda que do ponto de vista jurídico, a

privatização é ilegal porque o município é o poder concedente e, portanto, o Estado não pode vender a Empresa sem negociar com os municípios e além disso, a Estação de Tratamento do Guandu foi paga pela população, através de uma cota extra da tarifa de água: “Na época, eu era assessor do governador Carlos Lacerda e para ampliar a produção de água para o antigo Estado da Guanabara, foi cobrada uma cota extra nas contas d’água. Portanto, a ETA do Guandu é um patrimônio da população do Rio de Janeiro, que pagou por sua construção e não do governo do Estado”.

Ao finalizar, o deputado do PFL fez críticas a forma centralizada como a CEDAE é administrada: “Tenho muitas restrições a administração da CEDAE, mas isso não justifica esse processo de privatização cruel e burro. Como advogado, entendo que esse processo agride a Constituição”.

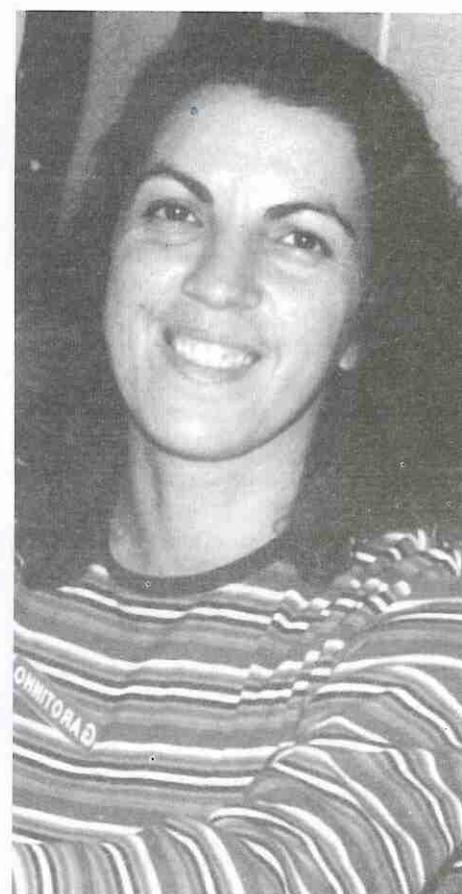
“Achei que era impossível que uma empresa privada prestasse um serviço pior do que o prestado pela CERJ estatal. O grupo que comprou a CERJ conseguiu provar o contrário”

João Peixoto - PTdoB



“Serviços essenciais à economia do Estado e à qualidade de vida da população não podem ser administrados dentro da visão do lucro, que caracteriza a empresa privada.”

Mirim Reid - PDT



Fotos arquivo

CEDAE: “É importante pressionar os deputados, falar com os prefeitos”.

Governo “Kamikaze”

Pensamento semelhante tem a bancada do PDT, composta por quatro deputados, que classifica de irresponsável e sem critérios a transferência da CEDAE para o setor privado. “Eu estou tranqüila com a nossa posição, contrária à privatização da Companhia, pois entendo que serviços essenciais à economia do Estado e à qualidade de vida da população não podem ser administrados dentro da visão do lucro que caracteriza a empresa privada. Devem ficar sob a responsabilidade do Estado”, disse a deputada Miriam Reid. Na sua opinião, a privatização da CERJ e da Light já provou isso.

- O governador do Estado está se comportando como um “kamikaze”, pois destruiu o que havia nesse Estado e agora está destruindo a si mesmo, com a renúncia à sua candidatura, através da qual procura dar um

jeito de se livrar da avaliação de sua responsabilidade nesse processo. Ela defendeu a retirada da CEDAE do PED, como forma de se tentar resgatar o que sobrou desse governo no Estado - disse a deputada pedetista. Em seguida, questionou “a quem poderia interessar a privatização da CEDAE, pois a população já se manifestou contrária a esse processo”, afirmou.

Para ela, “um secretário de Estado que responde a processo por estelionato e formação de quadrilha não poderia estar conduzindo um processo de tal importância como”, afirmou, referindo-se ao secretário Fazenda e filho do governador, Marco Aurélio Alencar. A deputada lembrou que, na ocasião do lançamento do PED, propôs a realização de um plebiscito para que a população opinasse sobre o assunto, “mas o governo, com seu autoritarismo, não ouviu sequer as lideranças de classe, sindicatos etc., quanto mais o povo”, concluiu.

Justiça poderá reverter o processo de privatização

Grças ao apoio financeiro dos associados da entidade, a ASEAC está intermediando e patrocinando duas ações na Região dos Lagos, com o objetivo de tentar reverter na justiça a privatização da CEDAE nas cidades de Araruama, Saquarema, Silva Jardim, Cabo Frio, São Pedro D'Aldeia e Arraial do Cabo, onde os serviços até então prestados pela Companhia foram entregues à administração de dois consórcios privados e já começam a gerar protestos da população local.

Em Araruama, onde o consórcio Águas de Juturnaíba vem sendo criticado pelos consumidores, devido à queda da qualidade dos serviços, a ASEAC entrou com um pedido de liminar na 2ª Vara de Justiça da cidade contra a prefeitura de Araruama, pedindo a anulação do contrato de concessão, tendo em vista que não houve autorização legislativa da Câmara Municipal, que deveria ser consultada antes da privatização dos serviços. A juíza Renata Vivas já mandou intimar a CEDAE a prestar esclarecimentos sobre a denúncia e está aguardando que a empresa se manifeste para julgar o mérito da ação, o que poderá ocorrer a qualquer momento. O consórcio Águas de Juturnaíba ganhou a concessão para operar o sistema que atende, além de Araruama, a Saquarema e Silva Jardim.

Já com relação ao consórcio Pro-Lagos, que ficou com a concessão de Cabo Frio, São Pedro D'Aldeia e Arraial do Cabo, o advogado Marcos Elísio Pinho está examinando o tipo de instrumento jurídico mais adequado para tentar resolver a questão, que poderá ser uma ação popular ou uma ação civil pública - ou até mesmo os dois processos - envolvendo a prefeitura, a nova concessionária e o governo do Estado. Isto porque, em Cabo Frio, há pelo menos dois tipos de reclamação: a falta de autorização legislativa



Na Região dos Lagos, a venda da CEDAE já gera protestos da população

para privatizar os serviços e o fato de o governo ter permitido a substituição da empresa habilitada no processo por uma companhia portuguesa e pelo Banco Bozano Simonsen, antes da assinatura do contrato, o que configuraria uma irregularidade. A ASEAC entende que esse procedimento é ilegal, pois o governo não tem autoridade para substituir uma empresa legalmente habilitada na licitação pública por outras companhias que sequer participaram do processo.

Emprego por um ano

Segundo os técnicos da diretoria do Interior da CEDAE, a Empresa vai manter, durante dois meses, a operação conjunta do sistema com o grupo privado

que assumiu os serviços em Cabo Frio. A partir do terceiro mês, o novo concessionário inicia o recadastramento dos consumidores e, do sexto mês em diante, assume também a cobrança das tarifas, que hoje ainda é feita pela CEDAE. Segundo os mesmos técnicos, os empregados da empresa serão reaproveitados em outras áreas da Companhia. Aqueles que optarem, poderão ser dispensados pela CEDAE e recontratados pela empresa privada responsável pela prestação dos serviços, mas só terão garantia de emprego por um ano, conforme um acordo firmado pelo governo do Estado e a companhia estadual de Saneamento.

ASEAC elege Diretoria que vai fechar o Século

Serão realizadas, no próximo dia 18 de junho, entre 10:00 e 18:00 hs, na sede da ASEAC, as eleições para compor a nova Diretoria Executiva e o Conselho Diretor que responderão pela Entidade no biênio 1998/2000. As inscrições de chapas para a disputa do pleito deverão ser feitas no período de 5 a 20 de maio, na secretaria da ASEAC, conforme decisão da Comissão Eleitoral, reunida no dia 29 de abril.

No próximo dia 22 de maio, de acordo com o calendário das eleições, a Comissão volta a se reunir para homologar as candidaturas. Quem desejar apresentar recurso contra a impugnação de nomes pela Comissão Eleitoral terá até o dia 26/05. No dia 27, a Comissão volta a se reunir para apreciar os recursos e elaborar as listagens das chapas e candidatos inscritos.

O edital de convocação das eleições será publicado no próximo dia 29 de maio em jornal de grande circulação e afixado na sede da ASEAC. No mesmo dia, serão expedidos a relação de candidatos inscritos e material para os associados que votam pelo correio. A proclamação dos eleitos pela Comissão Eleitoral será feita no mesmo dia das eleições, após a apuração do resultado, a partir das 18 horas, quando se encerra a votação. A posse da nova Diretoria e Conselho está marcada para às 18 horas do dia primeiro de julho, na sede da própria ASEAC.

Arquivo